

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

Vanessa Peixoto de Carvalho Alves

Políticas Nacionais: análise da produção acadêmica sobre o Escola Sem Partido

Mariana

2022

Vanessa Peixoto de Carvalho Alves

Políticas Nacionais: análise da produção acadêmica sobre o Escola Sem Partido

Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de artigo científico, apresentado à disciplina EDU381 - Monografia, do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Professor responsável pela disciplina: Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimino

Orientador: Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimino

Mariana

2022

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

A474p Alves, Vanessa Peixoto de Carvalho.

Políticas nacionais [manuscrito]: análise da produção acadêmica sobre o Escola Sem Partido. / Vanessa Peixoto de Carvalho Alves. - 2022. 32 f.

Orientador: Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimino.

Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em Pedagogia .

1. Ideologia. 2. Neutralidade. 3. Identidade de gênero. 4. Professores - Participação no planejamento curricular. I. Jardimino, José Rubens Lima. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 377.8

Bibliotecário(a) Responsável: Edna da Silva Angelo - CRB6 2560



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
REITORIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Vanessa Peixoto de Carvalho Alves**

**Políticas Nacionais: análise da produção acadêmica sobre o Escola Sem Partido**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada

Aprovada em 10 de janeiro de 2022

### Membros da banca

- Orientador(a) Dr. José Rubens Lima Jardimino - Universidade Federal de Ouro Preto
- Dr. Marcelo Donizete da Silva - Universidade Federal de Ouro Preto
- Ms. Ana Maria Mendes Sampaio - Universidade Federal de Ouro Preto

José Rubens Lima Jardimino, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 25/02/2022



Documento assinado eletronicamente por **Jose Rubens Lima Jardimino, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 04/03/2022, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0287749** e o código CRC **1BC1B521**.

## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo mapear e analisar a produção acadêmica nacional sobre o Escola Sem Partido, nos anos de 2018, 2019 e 2020. Para a realização deste trabalho foram utilizadas dissertações do banco de dados da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Além das dissertações, utilizou-se também de artigos científicos - extrato qualis A1 e A2, na plataforma digital *Google Acadêmico*, em suas 100 primeiras páginas. Esta pesquisa é um Estado da Arte sobre a temática privilegiada, portanto de natureza qualitativa e bibliográfica. Este trabalho divide-se em quatro categorias de mapeamento e análise, sendo elas: Número de Locais de Publicações; Ideologia e Neutralidade; Ideologia de Gênero; Trabalho Docente. Por fim, conclui-se que o ESP é um projeto ideológico, político, partidário conservador de direita. No qual, objetiva-se, por meio dele, um combate ao debate em sala de aula que promova a autonomia, criticidade e, conseqüentemente, uma sociedade plural, diversa e democrática. Observa-se também nesse projeto que é proibida a autonomia e intelectualidade docente, de maneira que, esses profissionais têm seu trabalho ameaçado, coibido e punido.

**Palavras-Chave:** Escola Sem Partido, Ideologia e Neutralidade, Ideologia de Gênero, Trabalho Docente.

## **ABSTRACT**

This work aims to map and analyze the national academic production on Escola Sem Partido, in the years 2018, 2019 and 2020. Dissertations from the CAPES database (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel) were used to carry out this work ). In addition to the dissertations, scientific articles were also used - extract qualis A1 and A2, on the digital platform Google Academic, in its first 100 pages. This research is a State of the Art on the privileged theme, therefore of a qualitative and bibliographical nature. This work is divided into four categories of mapping and analysis, namely: Number of Publication Sites; Ideology and Neutrality; Gender Ideology; Teaching work. Finally, it is concluded that the ESP is an ideological, political, right-wing conservative party project. In which, the objective is, through it, a fight against the debate in the classroom that promotes autonomy, criticality and, consequently, a plural, diverse and democratic society. It is also observed in this project that teaching autonomy and intellectuality is prohibited, so that these professionals have their work threatened, restrained and punished.

**Keywords:** Escola Sem Partido, Ideology and Neutrality, Gender Ideology, Teaching Work.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), da Disciplina EDU 381 - Monografia, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), cujo objeto de estudo é o Movimento Escola Sem Partido. Tem-se como objetivo geral o mapeamento e análise das lacunas e recorrências da produção acadêmica, nos anos de 2018, 2019 e 2020, sobre a temática em questão.

Em suma, o presente estudo, se estrutura em quatro categorias de análises, além da introdução e considerações finais. No primeiro momento deste artigo, buscou-se fazer uma contextualização histórica do MESP, bem como explicar o seu objetivo, os seus argumentos e os seus apoiadores.

A primeira categoria de análise teve como objetivo mapear a produção acadêmica levantada. Nesse momento, identificou-se o número de publicações por ano e por estado. Para melhor visualização desses dados, utilizou-se dos gráficos de pizza.

As demais categorias de análises são intituladas como: Ideologia e Neutralidade, Ideologia de Gênero e Trabalho Docente. Nelas são identificadas a quantidade de artigos e dissertações, dentro do montante total selecionado, que se enquadram em cada referida temática. Além desse levantamento estatístico, buscou-se compreender, à luz da literatura, como tais discussões vêm sendo compreendidas na produção acadêmica.

Tendo dito isso, o MESP iniciou-se em 2004, mas foi somente em 2014 que ganhou visibilidade, quando o seu site – “<http://escolasempartido.org/>” (Escola Sem Partido, 2019) - circulou na *Internet*. O advogado e ex-procurador do estado de São Paulo, Miguel Francisco Urbano Nagib, foi o fundador do Programa Escola Sem Partido e, até 2019, era autodeclarado como coordenador deste movimento conservador.

Inicialmente, em 2003, o ESP (Escola Sem Partido) adveio de uma experiência cível particular, do próprio fundador Miguel Nagib, quando sua filha relatou sobre uma aula de História, supostamente, com viés esquerdista, no qual foi feita uma comparação de Che Guevara com São Francisco de Assis.

A partir desse episódio, Nagib concluiu que dentro das salas de aula estava acontecendo um grave problema: a doutrinação ideológica, política e partidária de esquerda. Desde então, Miguel Nagib dedicou-se a combater tal problema, criando o MESP que, no entanto, a princípio, teve insucessos.

Posteriormente, em 2014, com a criação do *site* do ESP e a conquista de grande visibilidade, o projeto de educação ganhou apoiadores importantes, como conservadores

de direita, parlamentares, detentores do grande capital, bancada evangélica, liberais, pessoas ligadas a pró-privatização, dentre outros.

De acordo com o site do Escola Sem Partido (ESP), o movimento tem como objetivo “dar visibilidade a um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins ideológicos, políticos e partidários” (Escola Sem Partido, 2019)

Conforme afirma Penna (2017), o ESP propaga-se por meio da *Internet*, sem a fundamentação teórico metodológica que o debate acadêmico científico desenvolve. Além de afirmar que a comunicação e argumentação do ESP assemelha-se ao senso comum. E, por meio dessa linguagem reducionista, o EPS busca tratar de questões complexas e conflituosas do campo político, que estão enraizadas na nossa sociedade, para levá-las à educação. E, essa estratégia teve avanços significativos, de tal modo que o MESP, em 2015 tornou-se Projeto de Lei (PL) nº 867/2015, por meio do Deputado Izalci Lucas, do PSDB do Distrito Federal, com a proposta de inclusão do ESP na Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 (LDB).

Vale destacar que, as questões ideológicas, políticas e partidárias, tratadas pelo ESP, estão intrinsecamente ligadas aos sujeitos e a vida em sociedade, uma vez que dizem respeito ao movimento LGBTQI+, o negro e indígena, o dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o das mulheres, conforme afirma Frigotto (2017). Além do mais, não há comprovação científica de que existe a prática de doutrinação marxista ou propaganda política dentro das escolas.

Portanto, como explica Frigotto (2017), os ataques à democracia e a liberdade do público-alvo do ESP, não são um movimento isolado e aleatório. Pelo contrário, esse movimento está em consonância com o sistema capitalista vigente, uma vez que o mesmo, para a manutenção do seu capital, alimenta-se das desigualdades sociais e da violência. E, caso haja opositores, estes devem ser suprimidos. Nas palavras desse autor, o ESP “avança na criminalização dos movimentos sociais, culturais, sindicais e políticos que se opõem à violência da desigualdade, exclusão de direitos e do pensar divergente” (FRIGOTTO, 2017, p.30).

Explicitamente, o objetivo geral do ESP, endereça-se às instituições de produção de conhecimento e ciência: as escolas e universidades. E aos professores, pois segundo o idealizador do ESP (2014) esses exercem o “abuso intolerável” da liberdade de cátedra para promoverem a doutrinação ideológica, política e partidária de esquerda.

Fernando Penna (2016), compara o Projeto de Lei N° 867/2015 com a Constituição Federal de 1988, nesse exercício faz-se a constatação de que “excluíram o pluralismo de concepções pedagógicas, excluíram a liberdade de ensinar, e eles vão mais longe e propõem a exclusão da liberdade de expressão” (PENNA, 2016, p. 41). Nesse sentido, entende-se que o PL ESP impõe tantos limites ao trabalho docente, mesmo que a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) já os tenha definido, que reduz o fazer do professor a mera transferência de informação, retomando o ensino tecnicista.

Além das problemáticas apresentadas até aqui, envolvendo a inconsistência teórica e jurídica do PL ESP, resalta-se outras duas: a fixação, em sala de aula, dos cartazes com deveres dos professores e as notificações extrajudiciais. Essas são as soluções para o suposto problema na educação brasileira impostas pelo ESP aos professores, sejam eles da rede pública ou privada.

Um outro ponto que chama a atenção do projeto de lei em questão são os seus apoiadores. Diante da ausência da divulgação dos nomes de apoiadores e mantenedores do ESP, Espinosa e Queiroz (2017) fazem a identificação dessas pessoas, bem como a associação delas aos grupos políticos, com a finalidade de exprimir e relacionar o projeto político-ideológico que constitui o MESP.

Dessa forma, o primeiro nome apontado pelos autores é o do Miguel Nagib, que, conforme explicitado, observa-se a vinculação do fundador do ESP ao Instituto Millenium - um dos representantes do liberalismo brasileiro. Vale o destaque para o apoio do Nagib ao *impeachment* de 2016 e ao, até então, Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro. Os autores também reúnem uma lista de eventos de cunho conservador, no qual Nagib teve participação, como por exemplo o I Congresso de Fundação do Partido Conservador, em Curitiba, em junho de 2015.

O segundo nome apresentado pelos autores é o da Procuradora do Distrito Federal Bia Kicis, figura essa que é pró-*impeachment* e integra o Foro de Brasília. Em seguida, são apresentados os nomes de Orley José da Silva e Luís Lopes Diniz Filho que também são vistos no site do Escola sem Partido, de acordo com os autores. Ambos são professores e, o segundo, é evangelista e faz duras críticas à contaminação política existentes no livro didático.

Outro professor apresentado pelos autores chama-se Luís Lopes Diniz Filho. Figura defensora do ESP nas audiências públicas e, também, crítico dos livros didáticos supostamente ideologizados. Vale o destaque que essa figura faz parte do grupo de

autores do Instituto Millenium. Outros professores que defendem essa causa são: Ana Caroline Campagnolo e Bráulio Porto de Matos.

Logo, conforme o exposto, pode-se observar que esses nomes que integram setores evangélicos e iniciativas de cunho liberal, bem como, a grande maioria deles, são apoiadores de Olavo de Carvalho e do *impeachment* de 2016. Dessa forma, fica nítido o caráter político-ideológico do grupo que apoia o Escola sem Partido. Fato esse que se revela contraditório na medida que o princípio fundamentador do projeto é a neutralidade.

Dada a breve exposição sobre a temática aqui privilegiada, este artigo tem como finalidade mapear e analisar a produção acadêmica nacional sobre o ESP. Para isso, o trabalho divide-se, além da metodologia, em quatro categorias de mapeamento e análise da produção acadêmica, sendo elas: Número e Locais de Publicação; Ideologia e Neutralidade; Ideologia de Gênero; Trabalho Docente.

Nesse sentido, esta pesquisa é de natureza qualitativa, uma vez que está para além da descrição, envolvendo-se também com a análise e o contexto no qual está inserida. Para a realização deste estudo, usou-se como metodologia o Estado da Arte.

## **METODOLOGIA**

Nesta seção, busca-se mapear e analisar a produção acadêmica nacional sobre o Escola Sem Partido, nos anos de 2018, 2019 e 2020. Para a realização deste trabalho foram utilizadas dissertações do banco de dados da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Além das dissertações, utilizou-se também de artigos científicos - extrato qualis A1 e A2.

Para a seleção das dissertações, valeu-se do descritor “Escola sem Partido” no campo de busca no banco de dados da CAPES. Como resultado dessa busca, obteve-se um total de 42 (quarenta e duas) dissertações. Vale ressaltar que, no campo de buscas do banco de dados da CAPES o descritor usado teve que ser escrito entre aspas, caso contrário, a pesquisa se dava de modo não refinado. Ou seja, sem a utilização das aspas, obteve-se trabalhos fora da temática e área do conhecimento desejada.

Além do recorte temporal, conforme já exposto, refinou-se a busca pela grande área de conhecimento e a área de conhecimento, que foram: Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas e Educação.

A busca por artigos científicos realizou-se dentro da plataforma do *Google Acadêmico*, nas suas 100 primeiras páginas de resultados. Para a obtenção de artigos de extrato qualis A1 e A2, utilizou-se da plataforma digital Sucupira para a verificação dos

mesmos, no qual selecionou-se os periódicos do quadriênio 2013-2016 com o número de ISSN da revista de publicação. Ao todo, reuniu-se um total de 25 (vinte e cinco) artigos científicos. Para a realização deste trabalho, foram lidos os resumos dos 67 (sessenta e sete) trabalhos selecionados.

Dito isso, este trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica. Esta pesquisa insere-se no grupo de trabalhos denominados Estado da Arte ou Estado do Conhecido, uma vez que esse tipo de pesquisa tem como objetivo mapear e analisar certa produção acadêmica dentro de uma temática e tempo determinados e de que formas e condições essas produções estão sendo desenvolvidas, conforme explica Ferreira (2002).

Joana Paulin Romanowski e Romilda Teodora Ens (2006) ao tratarem da relevância do Estado da arte nas pesquisas científicas, afirmam que

“Estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada.”

Em seguida, ainda no texto “As Pesquisas Denominadas do ‘Tipo Estado da Arte’ em Educação”, as autoras diferenciam o conceito de Estado da Arte e Estado do Conhecimento. O primeiro conceito trata das pesquisas que abordam diversos setores de publicações, como por exemplo: teses, dissertações, trabalhos de congressos e publicações em periódicos. O segundo limita-se às pesquisas em apenas seção de publicação. Partindo dessa conceituação, este artigo enquadra-se com uma pesquisa denominada Estado da Arte.

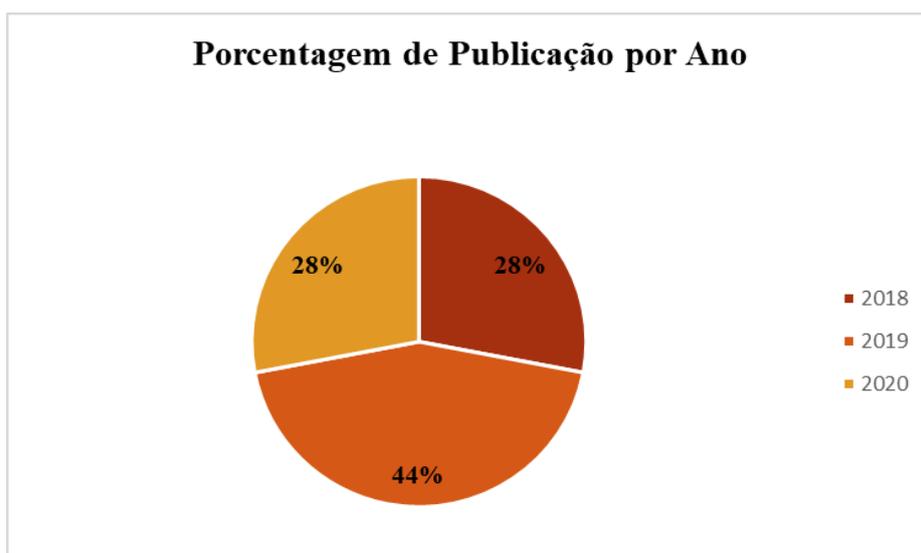
Marli André (2009) também traz importantes contribuições acerca do Estado da Arte e Estado do Conhecimento nas pesquisas em Educação. Nesse sentido, a autora acrescenta que, por meio das pesquisas denominadas Estado do Conhecimento, evidencia-se a temática e a metodologia dos pesquisadores. É a partir desses conceitos sobre o Estado da Arte que este trabalho desenvolve-se, com o intuito de revelar as temáticas e proposições dos autores sobre o Escola sem Partido, por meio da produção acadêmica.

Posto isso, este artigo fará as análises do material selecionado, com o objetivo de evidenciar as recorrências e lacunas, na produção acadêmica, sobre a temática

privilegiada neste trabalho, nos anos de 2018, 2019 e 2020. Sendo assim, este trabalho foi dividido em quatro categorias de análises, são elas: Números e Locais de Publicação; Ideologia e Neutralidade; Ideologia de Gênero; Trabalho Docente. Nessas seções, informa-se o número de trabalhos pesquisados dentro da temática, bem como se dá o debate na produção acadêmica. Por fim, é sintetizado as proposições dos autores dos trabalhos pesquisados.

### **Número e Locais de Publicações**

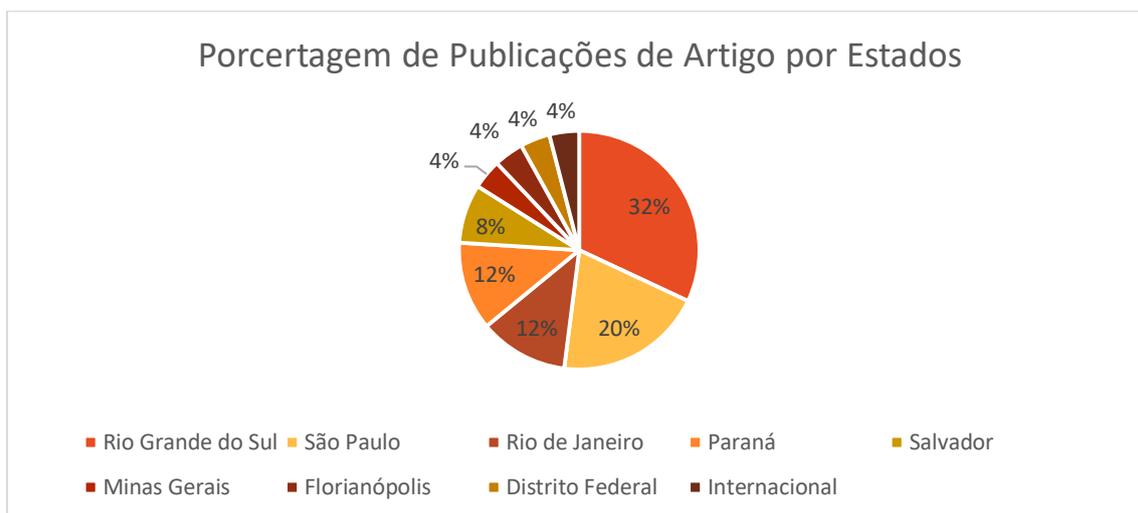
O primeiro ponto a ser evidenciado, é o número de publicações de artigos científicos dentro do recorte temporal e do extrato qualis trabalhado neste artigo. Percebe-se que, no ano de 2019, houve um maior número de publicações, totalizando 11. Em 2018 e 2020, cada ano, teve 7 artigos publicados. Esses dados também podem ser visualizados por meio do gráfico de pizza, a seguir.



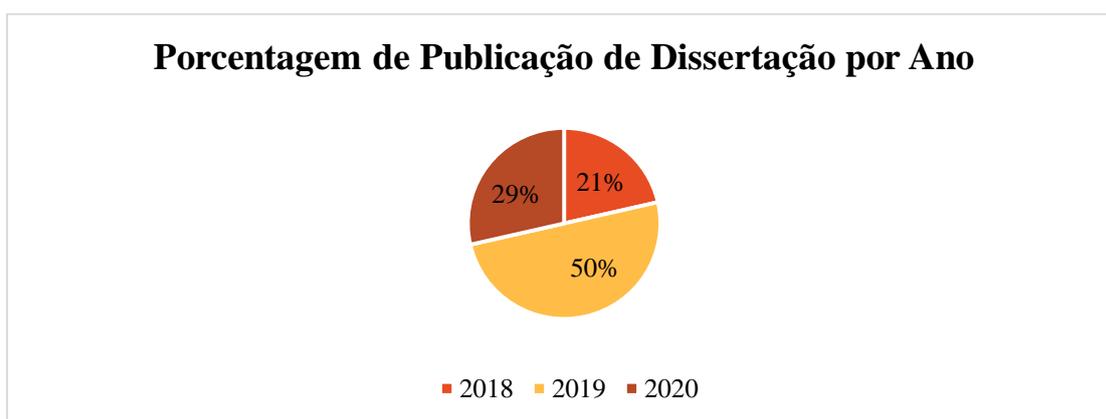
Os artigos provêm dos 8 de 27 estados brasileiros e um do estado do Arizona (EUA), sendo eles: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Arizona, Porto Alegre (Rio Grande do Sul), Ponta Grossa (Paraná), Belo Horizonte (Minas Gerais), Santa Maria (Rio Grande do Sul), São Paulo, Salvador (Bahia), Florianópolis e Brasília (Distrito Federal). A maior concentração de publicação está concentrada no estado do Rio Grande do Sul, com 8 trabalhos publicados. Em seguida, São Paulo, com 5. Rio de Janeiro e Paraná têm 3 trabalhos publicados em cada estado e Salvador tem 2. Minas Gerais, Florianópolis e

Distrito Federal, ambos têm 1 publicação. Por último vem a publicação Internacional, totalizando as 25 publicações em artigo.

Chama-se atenção para o fato de que, apesar de ter um trabalho com publicação internacional, esse foi escrito por uma autora brasileira e publicado em Língua Portuguesa. Por isso a decisão de incluí-lo no mapeamento e análise desta pesquisa. Esses dados também podem ser vistos por meio da tabela a seguir.

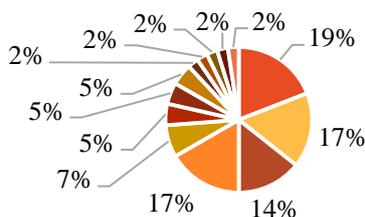


Em relação as dissertações, 2019 foi o ano com maior número de publicações, contando com 21 trabalhos. Em seguida, no ano de 2020, tiveram 12 publicações de trabalhos. Por último, 2018 contou com 9 dissertações publicadas, conforme mostra o gráfico a seguir.



As dissertações estão localizadas em 13 dos 27 estados brasileiros, sendo eles: Pernambuco (1), Minas Gerais (7), Rio de Janeiro (8), Rio Grande do Sul (6), Paraná (3), São Paulo (2), Santa Catarina (7), Alagoas (1), Mato Grosso do Sul (1), Bahia (2), Sergipe (1), Brasília (1) e Ceará (2). O gráfico a seguir representa esses dados.

### Porcertagem de Publicação de Dissertações por Estados



- Rio de Janeiro
- Minas Gerais
- Rio Grande do Sul
- Santa Catarina
- Paraná
- Bahia
- São Paulo
- Ceará
- Pernambuco
- Brasília
- Alagoas
- Mato Grosso do Sul
- Sergipe

### Ideologia e Neutralidade

Tendo em vista que o argumento principal, que é defendido e fundamenta o ESP, é a ausência de ideologia nas escolas e na prática docente, uma vez que, para seus apoiadores, a prática de doutrinação política, partidária e de esquerda acontece dentro das salas de aula, há a necessidade de analisar a existência de tal doutrinação e a viabilidade de uma educação neutra.

Nessa perspectiva, esta categoria de análise busca mapear e analisar, dentro da literatura selecionada, a concepção de ideologia e neutralidade concebida pela produção acadêmica. Para isso, foram analisados 4 artigos e 5 dissertações que inserem-se dentro deste eixo categórico.

O cerne do debate do ESP é o antagonismo entre ideologia *versus* neutralidade. Marx *apud* SEVERINO (1989), em seu tempo, já problematizava a realidade social, política e econômica do contexto que estava inserido, se tornando um referencial histórico e temático sobre o debate da Ideologia. Em sua primeira teoria, Marx afirma que é Ideologia todo o conjunto de crenças elaboradas pela consciência humana que não “constituem representações objetivas da realidade” (p.7). Desse modo, ideologia passa a ser o instrumento para a alienar o proletariado, usado pela burguesia, através de princípios, valores, crenças, filosofias, etc.

Para Betto (2016), a ideologia é o alicerce dos nossos valores e atitudes e “derivam do contexto social e histórico no qual se vive. Esse contexto é forjado por

tradições, valores familiares, princípios religiosos, meios de comunicação e cultura vigente” (BETTO, 2016, p. 66). Dessa maneira, fica o questionamento: É possível que, nós, sujeitos sociais vivendo em sociedade, sejamos livres de ideologias nas nossas relações? E por que os professores é a única classe trabalhadora que não pode usufruir da sua liberdade de expressão?

Para Frigotto (2017), a ideologia presente no projeto Escola sem Partido tem um eixo estrutural importante, que é significativo para melhor compreensão da real proposta do projeto. Sendo ele pautado nos argumentos e apelos morais, no qual Deus, a família e a pátria contra o comunismo são postos/impostos como um ideal a ser zelado.

Dessa forma, qualquer outro tipo de crença, de formação familiar e de ideologia política, que fogem dos ideais dos organizadores e apoiadores desse projeto de lei, são discriminados, criminalizados e eliminados, conforme explica Frigotto (2017). E, para mais, não podem ser debatidos dentro de sala de aula.

Nesse sentido, o processo ideológico caracteriza duas questões fundamentais a saber: a primeira diz respeito à negação dos eixos matriciais de produção do pensamento pedagógico, que caracteriza a ciência da educação; a segunda diz respeito a diminuição do fazer docente a mera reprodução de conceitos não objetivos da atividade pedagógica, ou seja, o anacronismo da reprodução educativa se fortalece.

Nessa perspectiva, entende-se que o ESP é um projeto dotado de ideologias, pois nasce de um contexto político e social, no qual defende valores e princípios de natureza conservadora, além de promover a alienação dos estudantes, na medida que exclui pautas sociais inerentes à vida em sociedade. Por isso, sob a justificativa de defender a educação e o ensino neutro, silenciado as pautas das minorias sociais, o ESP deixa claro os seus valores e crenças defendidos.

Dessa maneira, compreende-se que, por meio desse movimento, objetiva-se uma educação antagônica a Paulo Freire, uma vez essa impossibilita a construção do debate em sala de aula e do sujeito crítico, ameaçando a democracia e a liberdade das minorias, além de garantir a alienação do proletariado, ou seja, que eles sejam a mão de obra e consumidores do grande capital.

Vale destacar a afirmativa de Abrucco (2016), no que tange o sucesso das políticas públicas de educação, para o autor, ao trabalho docente na perspectiva da curiosidade e da consciência crítica, que concebe pessoas para viver em harmonia com a pluralidade de seres nas suas mais diversas formas de existência.

Em síntese, as pesquisas tratadas nesta seção, tem como objetivo analisar o modo que o ESP compreende os conceitos de ideologia e neutralidade. Tais pesquisas concluem que esse movimento não revela explicitamente o seu viés político e ideológico, sustentando o mito da neutralidade. Para além disso, as pesquisas afirmam que não existem sujeitos, tão pouco, movimentos neutros, apartidários ou sem ideologia. Desse modo, acredita-se que o ESP aproveita-se da polarização política vivenciada no Brasil na última década para pôr em prática, por meio da educação, suas demandas. A próxima categoria de análise vale-se da derivação desta seção, tratando a questão da “ideologia de gênero”, no qual, o ESP versa para negar e silenciar os debates de gênero e sexualidade nas escolas.

### **“Ideologia de Gênero”**

Esta seção do artigo tem como objetivo compreender o conceito de “ideologia de gênero”, o qual foi criado pelo ESP e é repugnado pelo mesmo. E, para além dessa compreensão, busca-se refutar este conceito, uma vez que, de antemão, ele é arraigado de preconceito e impõe o silenciamento da diversidade e pluralidade das existências em sociedade, conforme aponta a literatura.

De acordo com os trabalhos selecionados nesta pesquisa, a temática de Gênero e Sexualidade é a mais debatida na produção acadêmica, pois obteve-se 10 artigos e 11 dissertações sobre a referida temática.

Segundo Costa e Pelet (2017), ao defender uma prática docente neutra, o ESP proíbe o debate de gênero e sexualidade dentro das escolas, pois, em sua visão, a escola deve reproduzir os valores da família. Mas que família seria essa? A denominada “família tradicional”, é aquela composta por um homem, uma mulher, um filho e uma filha.

Qualquer outra configuração familiar não é legítima na perspectiva do ESP e, mais, não deve ser reconhecida e representada dentro das instituições escolares. Fato esse, no mínimo curioso, dado que, de acordo com o IPEA (Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada), em sua última pesquisa, realizada no ano de 2009, 35% das famílias são chefiadas por mulheres, ou melhor, tem como mulheres a “pessoa de referência”. Isso corresponde a 21,9 milhões de mulheres, ou seja, a uma nova configuração dos núcleos familiares brasileiros.

Esses dados levantam um questionamento: Por que todas essas mulheres, que são “pessoas de referências” nos seus lares, não devem ser representadas dentro de instituições de produção de conhecimento? Uma hipótese legítima seria que, a luta do

movimento conservador e neoliberal tem como objetivo, por meio da educação, a reprodução do patriarcado e da polarização política para a manutenção do seu poder.

A justificativa do ESP para silenciar debates que não estejam em consonância com a heteronormatividade, é que a autoridade moral dos pais deve ser preservada. Portanto, observa-se nas campanhas de redes sociais dos apoiadores do ESP o crescente uso das *hashtag* #NãoMexamComAsNossasCrianças e #MeusFilhosMinhasRegras.

Uma imagem viralizou nas redes sociais, no período de ascensão do ESP, e representou a campanha contra a ideologia de gênero defendida por esse movimento. A imagem era formada por uma família tradicional - conforme o conceito já exposto - debaixo de um guarda-chuvas, no qual estaria os protegendo de uma chuva com as cores da bandeira LGBTQIA +. Por meio dessa ilustração, fica nítido que os valores e princípios defendidos no discurso contra a “ideologia de gênero” tem cunho conservador, religioso - cristão -, portanto é ideológico.

Para Penna (2017), trazer o debate de gênero para dentro das instituições escolares, para os apoiadores do ESP implica em combater a família tradicional e transformar jovens em gays, portanto, para ele “é a tentativa de mostrar como as relações entre os gêneros, homem, mulher e outras configurações, como elas são construídas historicamente, para desconstruir desigualdades, homofobia, machismo e coisas assim.” (PENNA, 2017, p.45)

Costa e Pelet (2017) conceituam gênero como sendo “um revestimento social e cultural da diferença sexual, tendo sido concebido originariamente como uma construção social de papéis e desigualdades ancoradas no sexo.” (COSTA e PELET, 2017, p.10).

Debater as questões de gêneros nos espaços de produção de conhecimento, num estado democrático de direito, é garantir vida às diversas e plurais formas de existências na sociedade. Portanto, Costa e Pelet (2017) afirmam que o “debate crítico das questões de gênero no âmbito escolar legitima o exercício da cidadania, garante a igualdade, permite a inclusão, reprime a violência simbólica, além de retirar da invisibilidade pessoas que destoam dos padrões heterossexuais da moralidade vigente”. (COSTA e PELET, 2017, p.1)

Ainda para esses autores, proibir o debate de gênero e sexualidade dentro das instituições escolares “é inconstitucional por violar a liberdade de cátedra, o direito fundamental à liberdade sexual e estimular o preconceito, segregação e marginalidade de pessoas que manifestam sua orientação de gênero na sociedade contemporânea”. (COSTA e PELET, 2017, p.1)

Dessa forma, entende-se que proibir o debate de gênero e sexualidade em sala de aula, não é sobre doutrinar os estudantes a escolherem sua sexualidade, afinal, não é uma escolha. O debate sobre gênero e sexualidade busca promover uma sociedade democrática e inclusiva, garantir a autonomia e liberdade docente, bem como garantir a vida em sociedade com menos preconceito, discriminação e homofobia.

Nessa perspectiva, todos os trabalhos acadêmicos pesquisados neste artigo refutam e repudiam a ideia de “ideologia de gênero” defendida pelo ESP, haja vista que entende-se que esse movimento trata o conceito de forma equivocada. Além disso, os trabalhos estudados relacionam os apoiadores políticos do ESP com suas pautas políticas, ideológicas, conservadoras, religiosas e partidárias, demonstrando, mais uma vez, a ausência de neutralidade no silenciamento no debate de gênero e sexualidade.

### **Trabalho Docente**

Nesta categoria de análise foram identificados 6 artigos e 7 dissertações que tratam, sob diversas perspectivas, as implicações do ESP para o trabalho docente e para a qualidade de educação ofertada.

Que a educação brasileira vive uma constante luta pela melhoria da educação, haja vista todos os desafios em todas as suas dimensões, não é novidade para nenhum cidadão. A novidade são os “problemas” - suposta doutrinação política, ideológica e partidária - criados pelo fundador do ESP e a urgência para solucioná-los. Vale salientar que tal doutrinação não é comprovada cientificamente e nem um consenso entre a comunidade escolar e acadêmico científico.

É notório que o ESP endereça-se diretamente aos professores, afinal, são esses os profissionais acusados de promoverem a doutrinação ideológica, política e partidária. Por meio da argumentação no site do ESP, bem como nos discursos dos seus apoiadores, em redes sociais, enxerga-se o professor como inimigo da família, educação e sociedade. Penna (2016) trata essa posição do ESP como criminalizadora do trabalho docente, bem como cerceadora da autonomia e intelectualidade desses profissionais.

A partir da premissa do ESP em relação aos educadores, entende-se um tipo de estudante: aquele cativo, submisso, desprovido de criticidade e autonomia. No entanto, para Paulo Freire (2004), esses estudantes não devem ser entendidos dessa maneira, como “tábula rasa” ou uma folha em branco, conforme propõe o ESP, ao contrário, devem ser compreendidos como sujeitos críticos e participativos na construção do seu conhecimento, bem como capazes de refletir sobre a realidade que está inserido.

Inclusive, Ratier (2016) afirma que estudantes cativos não compõem a sala de aula de hoje em dia, isso porquê eles são questionadores e não aceitam irrefletidamente a imposição do outro.

Posto isso, Penna (2016) define dois métodos discursivos usados pelo ESP para criminalizar o trabalho docente desenvolvido, são eles: 1. discursos genéricos para tratar de assuntos providos de especificidades, como a “doutrinação ideológica”, “ideologia de gênero” e “marxismo cultural”, conforme exemplifica o autor; 2. desqualificação da identidade e do trabalho docente.

Para combater os “militantes travestidos de professores”, como é denominada a classe docente pelo ESP e, conseqüentemente, combater o emergente “problema” que assola a formação dos estudantes, é proposto duas soluções.

A primeira solução é a fixação de cartazes, em todas as salas de aula, contendo os 6 deveres do professor. Ressalta-se que tais deveres são elaborados por Miguel Nagib, que não tem formação nem atuação na educação. Além disso, 4 dos 6 deveres do professor são de cunho proibitivo, confirmando a tese de cerceamento da autonomia e intelectualidade docente.

Tendo em vista que um dos pilares para o desenvolvimento da educação é a relação de confiança entre docente e discente, atenta-se o olhar para a fixação de cartazes em sala de aula, uma vez que a presença desses promove um ambiente avesso ao clima ideal para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem. Sendo assim, o ambiente de ameaça e perseguição estarão sempre presentes em sala de aula

A segunda solução é a notificação extrajudicial, no qual qualquer membro da comunidade escolar, incluindo os discentes, têm o direito de denunciar o professor, caso sinta que uma aula tenha cunho doutrinário. As denúncias teriam um canal próprio de dentro da Secretaria de Educação e, em seguida, seriam encaminhadas ao Ministério Público.

Nessa perspectiva, os trabalhos analisados nessa categoria apontam para as conseqüências da implementação do ESP no trabalho docente e para a educação. Em suma, pode-se observar a constante ameaça, coibição e até punição que o trabalho docente fica suscetível com esse projeto. A educação, na perspectiva do ESP, retoma a ideia do tecnicismo, no qual limita-se a transferência de conteúdo, excluindo debates que promovam a autonomia, criticidade e, conseqüentemente, uma sociedade plural, diversa e democrática.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dado o nível de abrangência do ESP dentro da educação brasileira, faz-se necessário produzir um Estado da Arte sobre a temática em questão, para que seja possível revelar as recorrências e lacunas analisadas pela produção acadêmica.

Sendo isso feito, por meio do mapeamento e análise da produção acadêmica sobre o ESP, compreendeu-se que esse projeto, desde a sua razão para concepção, já tinha valores e princípios estabelecidos, impossibilitando assim a ausência de neutralidade. Tais valores e princípios foram nítidos ao decorrer dos anos, em especial em 2014, quando o ESP conquistou o apoio da direita conservadora brasileira, mostrando o alinhamento e identificação com esse grupo.

Por isso, os trabalhos acadêmicos analisados concluem que o ESP tem caráter ideológico, político e partidário de direita. Para além disso, compõe o bojo das políticas neoliberais que, por meio da educação, busca-se o alinhamento com as demandas de mercado.

Isso explica a necessidade do ESP em manter a polarização social, haja vista que esse é um meio de manipulação efetivo. Explica também a veemência do ESP em coibir a prática docente autônoma, crítica e emancipadora.

A literatura aponta também a força do ESP em combater as demandas das minorias sociais, extinguindo, dessa maneira, a pluralidade e diversidade social. Dessa forma, conclui-se que o ESP é um projeto que necessita ser combatido, em prol da seguridade da Constituição Federal de 1988, da LDB, dos direitos minorias sociais e da sociedade democrática.

Vale ressaltar que 4 artigos e 16 dissertações, dos trabalhos pesquisados, não contempladas nesta pesquisa, dado que cada uma trata de uma especificidade da temática em questão. Portanto não se enquadra nas categorias de análises previamente definidas, impossibilitando suas análises neste trabalho.

## REFERÊNCIAS

ABRUCCIO, Fernando. CONTRA ESCOLA SEM SENTIDO. *In: A IDEOLOGIA do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso.* São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 59-64. ISBN 978-85-86382-44-4.

ANDRÉ, Marli. A produção acadêmica sobre formação de professores: um estudo comparativo de dissertações e teses defendidas nos anos de 1990 e 2000. *Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente*, v. 1, n. 1, p. 41-56, ago./dez. 2009.

BETTO, Frei. “ESCOLA SEM PARTIDO”?. *In: A IDEOLOGIA do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso.* São Paulo: Ação Educativa, 2016. ISBN 978-85-86382-44-4.

COSTA, Fabrício Veiga; PELET, Mariel Rodrigues. A ESCOLA COMO LOCUS DO DEBATE DAS QUESTÕES DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DO PROJETO DE LEI “ESCOLA SEM PARTIDO”. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, Maranhão, v. 3, ed. 2, p. 1-21, 2017.

ESPINOSA, Betty R. Solano; QUEIROZ, Felipe B. Campanuci. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. *In: ESCOLA “sem” partido : esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.* Rio de Janeiro: LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (LPP/UERJ), 2017. p. 49-62. ISBN 978-85-92826-07-9.

FONTURA, Natália; PEDROSA, Cláudia; DINIZ, Cristiane. PNAD 2009 - Primeiras análises: Investigando a chefia feminina de família. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 11 nov. 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6055](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6055). Acesso em: 2 jan. 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 129 p. v. 21.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. *In: ESCOLA “sem” partido : esfinge*

que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (LPP/UERJ), 2017. p. 17-33. ISBN 978-85-92826-07-9.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Quem somos.** 2019. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/quem-somos/>>. Acesso em: 3 Dezembro. 2019.

PENNA, Fernando de Araújo. Escola “sem” partido : esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira: O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. *In:* ESCOLA “sem” partido : esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (LPP/UERJ), 2017. p. 35-48. ISBN 978-85-92826-07-9.

PENNA, Fernando de Araújo. O ÓDIO AOS PROFESSORES. *In:* A IDEOLOGIA do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 93-100. ISBN 978-85-86382-44-4.

RATIER, Rodrigo. 14 PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE O “ESCOLA SEM PARTIDO”. *In:* A IDEOLOGIA do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 29-42. ISBN 978-85-86382-44-4.

ROMANOWSKI, Joana Paulin, Ens, Romilda Teodora AS PESQUISAS DENOMINADAS DO TIPO "ESTADO DA ARTE" EM EDUCAÇÃO. Revista Diálogo Educacional [en linea]. 2006, 6(19), 37-50[fecha de Consulta 2 de Enero de 2022]. ISSN: 1518-3483. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189116275004>>. Acesso em: 3 Dezembro. 2019.

SEVERINO, A. J. **Educação, Ideologia e Contraideologia.** São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, v.13, 1986. p. 106.

## APÊNDICES

### Apêndice 1

**Tabela 1 - Quadro de Registro – Artigos**

TÍTULO	AUTOR	REVISTA	QUALIS	ANO	LOCAL	LINK
“Escola sem Partido” para quem?	Caroline Bastos Capaverde; Bruno de Souza Lessa; Fernando Dias Lopes	ENSAIO - AVALIAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO	A1	2019	Rio de Janeiro	<a href="https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002601369">https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002601369</a>
Escola sem Partido - elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt	Alexandre Anselmo Guilherme; Bruno Antonio Picolli	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (IMPRESSO)	A1	2018	Rio Grande do Sul	<a href="https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230042">https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230042</a>
Em tempos de neocolonialismo Escola sem partido ou Escola partida?	Maria Cristina Giorgi; Del Carmen Daher; Dayala Paiva de Medeiros Vargens; Fabiany Carneiro de Melo	ARCHIVOS ANALÍTICOS DE POLÍTICAS EDUCATIVAS / EDUCATION POLICY ANALYSIS ARCHIVES	A1	2018	Internacional	<a href="http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3512">http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3512</a>
A Rede de Difusão do Movimento Escola Sem Partido no Facebook e Instagram: conservadorismo e reacionarismo na conjuntura brasileira	Ricardo Gonçalves Severo; Suzane da Rocha Vieira Gonçalves; Rodrigo Duque Estrada	EDUCACAO E REALIDADE	A1	2019	Porto Alegre	<a href="https://doi.org/10.1590/2175-623684073">https://doi.org/10.1590/2175-623684073</a>
Escola sem Partido: análise de uma rede conservadora na educação	Iana Gomes de Lima; Álvaro Moreira Hypolito	PRÁXIS EDUCATIVA (IMPRESSO)	A2	2020	Ponta Grossa	<a href="https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.15290.053">https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.15290.053</a>
A “LEI DA MORDAÇA” NA LITERATURA	Jean Pablo Guimarães Rossi. Ricardo	EDUCAÇÃO EM REVISTA (UFMG - IMPRESSO)	A1	2020	Belo Horizonte	<a href="https://doi.org/10.1590/0102-4698221565">https://doi.org/10.1590/0102-4698221565</a>

CIENTÍFICA: UM ESTADO DA ARTE SOBRE O MOVIMENT O ESCOLA SEM PARTIDO	Fernandes Pátaro					
O que os professores (não) podem dizer? A experiência canadense e a “Escola sem Partido”	Tatiana Feitosa de Britto	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO	A1	2019	Santa Maria	<a href="#">SciELO - Brasil - O que os professores (não) podem dizer? A experiência canadense e a “Escola sem Partido” O que os professores (não) podem dizer? A experiência canadense e a “Escola sem Partido”</a>
ATENTADO À DEMOCRATI ZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: A FALÁCIA DO PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO	Silvia Piedade de Moraes	EDUCAÇÃO (SANTA MARIA. ONLINE)	A1	2018	São Paulo	
Quem é o professor segundo o projeto escola sem partido? Um processo de silenciamento e depreciação docente	Luciene Fernandes Loures; Thais Fernandes Sampaio	REVISTA FAEEBA	A2	2020	Salvador	<a href="#">10.21879/faceba2358-0194.2020.v29.n58.p216-232</a>
<a href="#">Comunismo e gênero no escola sem partido: notas para não sucumbir a uma pedagogia fascista</a>	Cássia Cristina Furlan; Fabiana Aparecida de Carvalho (	REVISTA FAEEBA	A2	2020	Salvador	<a href="#">Vista do Comunismo e gênero no escola sem partido: notas para não sucumbir a uma pedagogia fascista (uneb.br)</a>
Movimento Escola Sem Partido: uma leitura à luz de Paulo Freire	Heli Sabino de Oliveira; Débora Mariz;	EDUCAÇÃO (SANTA MARIA. ONLINE)	A1	2019	Santa Maria	<a href="https://periodicos.ufsm.br/reveducao">https://periodicos.ufsm.br/reveducao</a>

UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DISCURSIVA GENERIFICA DA NO “ESCOLA SEM PARTIDO”	Melina Costa Lima Fraga; Ana Paula Abrahamian de Souza	CADERNOS DE PESQUISA (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. ONLINE)	A1	2020	São Paulo	<a href="https://doi.org/10.1590/198053147040">https://doi.org/10.1590/198053147040</a>
D. Quixote contra os moinhos: um ensaio sobre o Movimento Escola Sem Partido	Tiago Ribeiro Santos; Gicele Maria Cervi	ENSAIO - AVALIAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO	A1	2019	Rio de Janeiro	<a href="https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701549">https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701549</a>
Ideologia de Gênero: uma metodologia de análise	Jasmine Moreira I; Maria Rita de Assis César	EDUCACAO E REALIDADE	A1	2019	Porto Alegre	<a href="http://dx.doi.org/10.1590/2175-623686456">http://dx.doi.org/10.1590/2175-623686456</a>
A expansão do neoconservadismo na educação brasileira	Iana Gomes de Lima; Álvaro Moreira Hypolito	EDUCAÇÃO E PESQUISA (USP.IMPRESSO)	A1	2019	São Paulo	<a href="http://dx.doi.org/10.1590/S1678-463420194519091">http://dx.doi.org/10.1590/S1678-463420194519091</a>
CRÍTICA AO “ESCOLA SEM PARTIDO”: UM OLHAR PELA PERSPECTIVA CRÍTICO-SUPERADOR A DA EDUCAÇÃO FÍSICA	Guilherme Bardemaker Bernardi; Carlos Alberto Perdomo Fazenda Junior	MOVIMENTO (UFRGS. IMPRESSO)	A2	2018	Porto Alegre	<a href="https://doi.org/10.22456/1982-8918.79511">https://doi.org/10.22456/1982-8918.79511</a>
Família e escola em sociedades republicanas: saudáveis dissonâncias	Jenerton Arlan Schütz Jenerton Arlan Schütz	PRÁXIS EDUCATIVA (IMPRESSO)	A2	2020	Ponta Grossa	<a href="https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa">https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa</a>
Políticas conservadoras no contexto escolar e autonomia docente	Dalila Andrade Oliveira	PRÁXIS EDUCATIVA (IMPRESSO)	A2	2020	Ponta Grossa	<a href="https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa">https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa</a>
“Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça	Fernando de Figueiredo Balieiro	CADERNOS PAGU	A2	2018	Santa Maria	<a href="http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530006">http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530006</a>

O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”	Maria das Dores Campos Machado	ESTUDOS FEMINISTAS	A1	2018	Florianópolis	<a href="http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n247463">http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n247463</a>
EDUCAÇÃO SEXUAL NO CURRÍCULO DE BIOLOGIA: entre resistências e enfrentamentos à “ideologia de gênero”	Elaine de Jesus Souza; Dagmar Elisabeth Estermann Meyer; Claudiene Santos	CURRÍCULO SEM FRONTEIRAS	A2	2019	Rio Grande do Sul	<a href="http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v19.n2.18">http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v19.n2.18</a>
“Pátria amada, Brasil”: ufanismo e intromissão burocrática na educação brasileira contemporânea	Francisco Thiago silva	EDUCAÇÃO (SANTA MARIA. ONLINE)	A1	2019	Brasília	<a href="http://anec.org.br">Vista do "Pátria amada, Brasil" (anec.org.br)</a>
Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”	Richard Miskolci	CADERNOS PAGU	A2	2018	São Paulo	<a href="https://doi.org/10.1590/18094449201800530002">https://doi.org/10.1590/18094449201800530002</a>
Josep Maria Puig: uma vida dedicada à Educação em Valores	Valéria Arantes; Ulisses F. Araújo; Marco Antonio Morgado da Silva	EDUCAÇÃO E PESQUISA	A1	2019	São Paulo	<a href="https://www.scielo.br/j/ep/a/hPwJXsXwfVmGLtn4Sprv8TG/?format=pdf&amp;lang=pt">https://www.scielo.br/j/ep/a/hPwJXsXwfVmGLtn4Sprv8TG/?format=pdf&amp;lang=pt</a>
CONSERVADORISMO E SEUS IMPACTOS NO CURRÍCULO ESCOLAR	José Antônio Sepulveda; Denize Sepulveda	CURRÍCULO SEM FRONTEIRAS	A2	2019	Rio de Janeiro	<a href="http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v19.n3.04">http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v19.n3.04</a>

**Tabela 2 - Quadro de Registro – Dissertações**

Instituição	Programa	Título	Autor	Ano	Orientador	Link
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO</u>	<u>Educação, Culturas e Identidades</u> (25003011038PO)	<u>“MENINOS VESTEM AZUL E MENINAS VESTEM ROSA”:</u> <u>analizando redes discursivas e as lições de gênero</u>	<u>MELINA COSTA LIMA FRAGA</u>	2019	<u>ANA PAULA ABRAHAMIAN DE SOUZA</u>	<u>Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</u>

		do “Escola Sem Partido”				
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO</u>	Educação (32007019 024P5)	DOCÊNCIA E GÊNERO EM DISCURSO: O CASO ESCOLA SEM PARTIDO	<u>ANDREZA RODRIGUES DUARTE SOUZA</u>	2020	<u>MARCO ANTONIO TORRES</u>	<a href="http://capes.gov.br">Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</a>
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO</u>	<u>EDUCAÇÃO, CONTEXTO CONTEMPORÂNEO E DEMANDAS POPULARES</u> (31002013 020P5)	A FRENTE LIBERAL-ULTRACONSERVADORA NO BRASIL – Reflexões sobre e para além do “movimento” Escola Sem Partido	<u>LUIZA RABELO COLOMBO</u>	2018	<u>RODRIGO DE AZEVEDO CRUZ LAMOSA</u>	<a href="http://capes.gov.br">Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</a>
<u>UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS</u>	<u>EDUCAÇÃO</u> (42007011 003P6)	FUNDAMENTOS ÉTICOS DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO	<u>VERONICA VENTORINI FERREIRA</u>	2019	<u>BERENICE CORSETTI</u>	<a href="http://capes.gov.br">Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</a>
<u>UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ</u>	<u>EDUCAÇÃO</u> (40015017 008P1)	ESCOLA "SEM" PARTIDO: a pseudo-neutralidade e o viés ultraconservador do movimento	<u>DANIELLE MARIA NEVES DA SILVEIRA</u>	2019	<u>PAULINO JOSE ORSO</u>	<a href="http://capes.gov.br">Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</a>
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO</u>	<u>EDUCAÇÃO</u> (31001017 001P4)	Da educação moral e cívica ao escola sem partido: a ideia de família e a contenda moralizante no campo da educação	<u>RICARDO DE ABREU BASTO LIMA RODRIGUES</u>	2019	<u>LUIZ ANTONIO CONSTANT RODRIGUES DA CUNHA</u>	<a href="http://capes.gov.br">Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</a>
<u>UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA</u>	<u>EDUCAÇÃO</u> (33054010 002P4)	PERCEPÇÕES DE GESTORES/AS DIANTE DO PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO: SUA IDEOLOGIA ESTÁ A SERVIÇO DO QUE E DE QUEM?	<u>KATIA RODRIGUES MONTALVAO PAIAS</u>	2019	<u>MARCOS VINICIUS FRANCISCO</u>	<a href="http://capes.gov.br">Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</a>

<u>UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA</u>	<u>EDUCAÇÃO</u> (32005016007P0)	<u>Pensando gênero, sexualidade e juventude em tempos de 'escola sem partido'</u>	<u>ANA CAROLINA MERCES COURA</u>	2019	<u>RONEY POLATO DE CASTRO</u>	<u>Plataforma Sucupira</u> ( <a href="http://capes.gov.br">capes.gov.br</a> )
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA</u>	<u>EDUCAÇÃO</u> (41001010015P7)	<u>NEUTRALIDADE E EPISTEMOLÓGICA NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CRÍTICA DA IDEOLOGIA</u>	<u>LUCIANA CAROLINE GERENT</u>	2019	<u>FRANCIELE BETE PETRY</u>	<u>Plataforma Sucupira</u> ( <a href="http://capes.gov.br">capes.gov.br</a> )
<u>UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ</u>	<u>EDUCAÇÃO</u> (41016017004P5)	<u>Programa Escola sem Partido: função social da escola pública e a liberdade acadêmica</u>	<u>RODOLFO FERREIRA PINHEIRO</u>	2020	<u>ELCIO CECCHETTI</u>	<u>Plataforma Sucupira</u> ( <a href="http://capes.gov.br">capes.gov.br</a> )
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL</u>	<u>EDUCAÇÃO</u> (41020014006P1)	<u>PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO: TENTATIVA DE CONTROLE DA AÇÃO DOS PROFESSORES</u>	<u>ROMULO MENEGAS</u>	2018	<u>MAIRON ESCORSI VALERIO</u>	<u>Plataforma Sucupira</u> ( <a href="http://capes.gov.br">capes.gov.br</a> )
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE</u>	<u>EDUCAÇÃO</u> (31003010001P0)	<u>ESCOLA SEM PARTIDO: concepções de escola, educação, formação humana e sociedade</u>	<u>HELTON MESSINA DA COSTA</u>	2019	<u>GIOVANNI SEMERARO</u>	<u>Plataforma Sucupira</u> ( <a href="http://capes.gov.br">capes.gov.br</a> )
<u>UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</u>	<u>EDUCAÇÃO</u> (31004016006P5)	<u>Gênero e sexualidade em disputa no cotidiano escolar: tecendo problematizações com docentes da educação básica e pública do município do Rio de Janeiro e do município de Nova Iguaçu</u>	<u>RAFAEL A COTTA LEONARDO</u>	2018	<u>FERNANDO ALTAIR POCAHY</u>	<u>Plataforma Sucupira</u> ( <a href="http://capes.gov.br">capes.gov.br</a> )
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA</u>	<u>EDUCAÇÃO</u> (41001010015P7)	<u>A EDUCAÇÃO ESTÁ MORTA! O QUE A FILOSOFIA DE NIETZSCHE PODE NOS ENSINAR SOBRE O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO</u>	<u>FABIO ROBERTO VIEIRA</u>	2019	<u>LUCIA SCHNEIDER HARDT</u>	<u>Plataforma Sucupira</u> ( <a href="http://capes.gov.br">capes.gov.br</a> )

<u>UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS</u>	Educação (32011016015P0)	<u>ANÁLISE DE DISCURSO NA REDE SOCIAL: O PROGRAMA “ESCOLA SEM PARTIDO” E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A LEGITIMAÇÃO DA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA</u>	<u>RODRIGO LUIZ NERY</u>	2019	<u>ANDRE LUIZ SENA MARIANO</u>	<u>Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</u>
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS</u>	<u>EDUCAÇÃO (26001012011P5)</u>	<u>ESCOLA SEM PARTIDO: Uma análise do discurso acerca do Projeto de Lei 867/15</u>	<u>OASIAS DE MORAIS JESUS</u>	2019	<u>ELIONE MARIA NOGUEIRA DIOGENES</u>	<u>Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</u>
<u>UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL</u>	<u>EDUCAÇÃO (42045010002P4)</u>	<u>Escola "Sem" Partido: narrativas de ódio contra a docência</u>	<u>ANDREIA AUGUSTA DOS SANTOS RAUPP</u>	2019	<u>RITA CRISTINE BASSO SOARES SEVERO</u>	<u>Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</u>
<u>UNIVERSIDADE CATÓLICA DO BOSCO</u>	<u>EDUCAÇÃO (51002019002P3)</u>	<u>A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NO PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO</u>	<u>MARIA EDUARDA DE SOUZA NUNES</u>	2019	<u>NADIA BIGARELLA</u>	<u>Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</u>
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE</u>	<u>EDUCAÇÃO (31003010001P0)</u>	<u>POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA AS RELAÇÕES DE GÊNERO: UMA ANÁLISE SOBRE O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO</u>	<u>MARIANA SILVA JARDIM REIS</u>	2018	<u>MARILIA ETIENNE ARREGUY</u>	<u>Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</u>
<u>UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA</u>	<u>EDUCAÇÃO (41008014002P3)</u>	<u>ESCOLA SEM PARTIDO SOB A CRÍTICA DE UMA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA DE EDUCAÇÃO</u>	<u>SILVIA AVILA NUNES</u>	2019	<u>LETICIA CARNEIRO AGUIAR</u>	<u><a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=8401063">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=8401063</a></u>
<u>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA</u>	<u>EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE (28005015001P0)</u>	<u>O ENSINO DE FILOSOFIA DIANTE DO DESAFIO DA ESCOLA SEM PARTIDO. UMA ANÁLISE À LUZ DO</u>	<u>WEBERT RIBEIRO DE OLIVEIRA</u>	2019	<u>LUCIANO COSTA SANTOS</u>	<u>Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</u>

		<u>PENSAMENTO DE PAULO FREIRE</u>				
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA</u>	<u>EDUCAÇÃO</u> (32005016007P0)	O professor de História no fio da navalha: o Escola sem Partido no cotidiano do trabalho educativo	<u>FELIPE DIAS DE OLIVEIRA SILVA</u>	2020	<u>SONIA REGINA MIRANDA</u>	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=9896799">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=9896799</a>
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE</u>	<u>EDUCAÇÃO</u> (31003010001P0)	<u>UM OLHAR GRAMSCIANO SOBRE MOVIMENTOS DE CONSERVAÇÃO E RESISTÊNCIA NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA</u>	<u>JOAO CAMILO SEVILLA</u>	2018	<u>MARCOS MARQUES DE OLIVEIRA</u>	<a href="https://sucupira.capes.gov.br">Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</a>
<u>UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAI</u>	<u>UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAI</u>	<u>OS CONTEÚDOS DE SOCIOLOGIA E DE FILOSOFIA: UM CAMPO EM DISPUTA NO ENSINO MÉDIO</u>	<u>CLAUDIA MARIA ROSA</u>	2020	<u>NELSON LAMBERT DE ANDRADE</u>	<a href="https://sucupira.capes.gov.br">Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</a>
<u>UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA</u>	<u>EDUCAÇÃO</u> (41007018001P0)	<u>QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE: DESAFIOS À FORMAÇÃO DE PROFESSORAS PARA A INFÂNCIA</u>	<u>RAQUEL CATERINE GREBINSKY</u>	2018	<u>LEDA SCHEIBE</u>	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=6397730">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=6397730</a>
<u>UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAI</u>	<u>EDUCAÇÃO</u> (32073011002P9)	<u>OS CONTEÚDOS DE SOCIOLOGIA E DE FILOSOFIA: um campo em disputa no Ensino Médio</u>	<u>CLAUDIA MARIA ROSA</u>	2020	<u>NELSON LAMBERT DE ANDRADE</u>	<a href="https://sucupira.capes.gov.br">Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</a>
<u>UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL</u>	<u>EDUCAÇÃO</u> (42045010002P4)	<u>A Constituição de Recorrências Discursivas nas Tramas da Educação: entre a busca e o encontro do gênero e da sexualidade no currículo da Pedagogia da UERGS</u>	<u>RITA DE CASSIA PORTELLA</u>	26/07/2019	<u>ROCHELE DA SILVA SANTAIANA</u>	<a href="https://sucupira.capes.gov.br">Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</a>

<u>UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS</u>	<u>EDUCAÇÃO</u> (32001010001P7)	<u>OS MUROS DAS ESCOLAS JÁ FORAM DERRUBADOS? O OLHAR DOS JOVENS SOBRE PARTICIPAÇÃO JUVENIL A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA DE OCUPAÇÃO DE ESCOLA</u>	<u>FLAVIA VALLE VERNAS CHI</u>	<u>07/12/2020</u>	<u>JUAREZ TARCISIO DAYRELL</u>	<u>Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</u>
<u>UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA</u>	<u>EDUCAÇÃO</u> (53001010001P0)	<u>MILITARIZAÇÃO DO ENSINO NO ESTADO DE GOIÁS: IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO ESCOLAR</u>	<u>WESLEI GARCIA DE PAULO</u>	<u>10/07/2019</u>	<u>ERLANDO DA SILVA RESES</u>	<u><a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=7689892">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=7689892</a></u>
<u>UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA</u>	<u>EDUCAÇÃO</u> (40002012015P7)	<u>O PROFESSOR REFLEXIVO E A EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA</u>	<u>DAMARLI GUARNIERI</u>	<u>20/02/2020</u>	<u>DARCISIO NATAL MURARO</u>	<u>Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</u>
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO</u>	<u>EDUCAÇÃO</u> (31001017001P4)	<u>EDUCAÇÃO DOMICILIAR OU “LUGAR DE CRIANÇA É NA ESCOLA”? Uma análise sobre a proposta de homeschooling no Brasil</u>	<u>ALINE LYRA DOS SANTOS</u>	<u>26/03/2019</u>	<u>ANTONIO JORGE GONCALVES SOARES</u>	<u>Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</u>
<u>UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE</u>	<u>Educação</u> (41004019004P0)	<u>Movimentos Conservadores e Gênero na Educação: Uma Análise a partir da Lei 7.595/2018 do Município de Jaraguá do Sul - SC</u>	<u>MARIA ANGELA NOLLI</u>	<u>27/05/2020</u>	<u>IANA GOMES DE LIMA</u>	<u>Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</u>
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL</u>	<u>EDUCAÇÃO</u> (42001013001P5)	<u>O projeto educativo da nova direita brasileira: sujeitos, pautas e propostas</u>	<u>PAULA VALIM DE LIMA</u>	<u>16/12/2020</u>	<u>VERA MARIA VIDAL PERONI</u>	<u>Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</u>
<u>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL</u>	<u>EDUCAÇÃO</u> (27001016003P5)	<u>DA SOCIEDADE DISCIPLINAR À SOCIEDADE DE CONTROLE: PROTAGONISM</u>	<u>LUCAS DE OLIVEIRA CARVALHO</u>	<u>13/02/2020</u>	<u>DINAMARA GARCIA FELDENS</u>	<u>Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</u>

<u>DE SERGIPE</u>		<u>OS E CAMINHOS DA EDUCAÇÃO DIANTE DAS MUDANÇAS DE REGIMES DE PODER</u>				
<u>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO</u>	<u>EDUCAÇÃO (42009014002P2)</u>	<u>EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA E ESCOLA EM TEMPOS SOMBRIOS: neoconservadorismo na educação brasileira</u>	<u>JOSE EDUARDO BRUM DE ALBUQUERQUE</u>	<u>11/01/2019</u>	<u>ELDON HENRIQUE MUHL</u>	<u>Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</u>
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ</u>	<u>EDUCAÇÃO (22001018001P9)</u>	<u>FORMA EDUCAÇÃO E FORMA DIREITO: A ESPECIFICIDADE DA RELAÇÃO CONCRETA CONFORMADA DO MOMENTO EDUCACIONAL NAS RELAÇÕES SOCIAIS</u>	<u>DAVID ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA</u>	<u>30/07/2018</u>	<u>JOSEFA JACKLINE RABELO</u>	<u>Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</u>
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO</u>	<u>EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES (31002013020P5)</u>	<u>Juventudes e a Escola Pública: uma análise do papel da escola a partir da perspectiva dos/as jovens negros/as de Angra dos Reis</u>	<u>SILVIA BITENCOURT DA SILVA</u>	<u>31/08/2018</u>	<u>LUIZ FERNANDES DE OLIVEIRA</u>	<u>Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</u>
<u>UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (ARARAQUARA)</u>	<u>EDUCAÇÃO ESCOLAR (33004030079P2)</u>	<u>A especificidade do ensino de Arte na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica</u>	<u>JULIANA OLIVEIRA LEITAO</u>	<u>28/02/2019</u>	<u>NEWTON DUARTE</u>	<u>Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</u>
<u>UNIVERSIDADE ESTADUAL DO</u>	<u>EDUCAÇÃO (40015017020P1)</u>	<u>A IDENTIDADE DE GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR: APORTES</u>	<u>DENISE DE FATIMA KURPEL</u>	<u>15/04/2019</u>	<u>GISELI MONTEIRO GAGLIOTTO</u>	<u>Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</u>

<u>OESTE DO PARANA</u>		<u>PSICANALÍTICOS À PRÁTICA PEDAGÓGICA</u>				
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA</u>	<u>UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA</u>	<u>MOVIMENTOS FORMATIVOS CONTRA-HEGEMÔNICOS NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFBA: PRIMAVERA NOS DENTES</u>	<u>QUENIA AUANA LOIOLA CARVALHAL</u>	<u>03/10/2020</u>	<u>ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA</u>	<a href="https://capes.gov.br">Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</a>
<u>UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ</u>	<u>EDUCAÇÃO E ENSINO (MAIE) (22003010 027P0)</u>	<u>A INTENSIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: A lei 13.415 de 2017 atende as demandas do novo mundo do trabalho precarizado sob os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro.</u>	<u>SAMARA TAVEIRA DE OLIVEIRA</u>	<u>08/06/2020</u>	<u>JOSE EUDES BAIMA BEZERRA</u>	<a href="https://capes.gov.br">Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</a>
<u>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL</u>	<u>EDUCAÇÃO (42001013 001P5)</u>	<u>Possibilidades para um Trabalho Docente Feminista professoras mulheres da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, feminismos e a narrativa conservadora da ideologia de gênero.</u>	<u>BRUNA DALMASO JUNQUEIRA</u>	<u>20/07/2018</u>	<u>LUIS ARMANDO GANDIN</u>	<a href="https://capes.gov.br">Plataforma Sucupira (capes.gov.br)</a>